Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração da TAP,
Dr. Miguel Frasquilho,

A Região Norte de Portugal conta com 3.6 milhões de habitantes, concentra 33,6 % das empresas do nosso país, contribui com cerca de 40% das exportações nacionais, é aquela que mais incentivou a retoma económica no período pós-troika, destaca-se na criação de emprego e é a região de turismo que mais cresceu no último ano. De facto, de acordo com números recentes, o Norte, com um crescimento de 20%, foi a região que mais contribuiu para aumentar a produtividade laboral no nosso país entre 2000 e 2017, numa performance muito acima da média de todo o país. Por outro lado, foi no Norte de Portugal que, no ano passado, se verificou o maior crescimento do número de hóspedes e dormidas em Portugal tendo sido registados cerca de 6 milhões de hóspedes, representado 11 milhões de dormidas, das quais 6.5 milhões são de estrangeiros, um crescimento de 10% em relação ao período homólogo. A nossa região ocupa neste momento a segunda posição em número de hóspedes, tendo recentemente ultrapassado o destino Madeira e Algarve. O Aeroporto Francisco Sá Carneiro crescia, desde 2017, 10% por ano, conseguindo em 2019 realizar 13 milhões de movimentos de passageiros. Segundo a ANA Vinci, este Aeroporto serve um universo de 5 milhões de habitantes, considerando nesta equação a Região Centro e a Galiza. É aconselhável verificar a evolução do número de passageiros da TAP no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, comparativamente ao total do Aeroporto, onde se percebe claramente a falta de investimento por parte da TAP no sucesso da operação global deste aeroporto. A nossa Região é, neste momento, o terceiro maior destino de turistas internacionais tendo superado a região de Lisboa.

Este breve retrato do Norte de Portugal não é desconhecido da TAP e esse foi um dos principais motivos da insatisfação generalizada de autarcas, empresas e instituições da região, aquando da apresentação do Plano de Retoma de operações no período posterior à pandemia por parte da Comissão Executiva. A Região Norte percebe que a capacidade operacional da TAP não pode ser a mesma de há uns meses atrás, após uma paragem tão prolongada e perante um processo lento de desconfinamento da economia e da população. O que não se entende e não se aceita, é que a mobilização paulatina dos meios da transportadora área possa ser feita de modo tão desigual entre aeroportos e regiões, esquecendo equilíbrios territoriais, necessidades a cobrir, oportunidades a aproveitar e princípios de equidade e adequação que julgamos básicos na gestão de uma empresa público-privada que prossegue o interesse estratégico de Portugal. De todo Portugal.

Nos últimos dias, foram ouvidas diversas personalidades do Norte de Portugal, desde autarcas a empresários, passando pelos representantes de diversas instituições das quais destacamos a Entidade de Turismo Porto e Norte de Portugal, a Associação Empresarial de Portugal, a Associação Comercial do Porto, AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins a e Associação de Têxteis de Portugal. Poderiam ter sido ouvidos ainda mais mas a mensagem seria sempre a mesma: o Norte de Portugal sentiu-se humilhado com a decisão da Comissão Executiva da TAP que aponta para uma desproporção gritante entre a retoma de operações no aeroporto Humberto Delgado e os restantes aeroportos do país, em particular o aeroporto Francisco Sá Carneiro. Saúdam-se as audições que foram levadas a cabo ao longo desta semana mas lamenta-se que as mesmas não tenham precedido a primeira decisão, situação que evitaria o desconforto de uma má escolha para o país e para a região. Lamenta-se, também, que não tenhamos podido contar com a presença e o testemunho do Senhor Presidente da Comissão Executiva em nenhum momento do nosso diálogo na certeza de que todos ficaríamos a ganhar com a diversidade de pontos de vista.

Cumpre, no entanto, apontar para o futuro. Tendo o Conselho de Administração da TAP cedido a ouvir as instituições do Norte de Portugal, é nosso dever apresentar a perspetiva que temos para o Plano de Retoma de operações a implementar já nos próximos meses, de acordo com aquelas que são as características do território e as oportunidades para a economia de Portugal. A linha de base da nossa argumentação não pode deixar a de ser a de que qualquer planificação para o regresso da atividade operacional da TAP terá sempre de partir da mesma proporção de operações, entre aeroportos, que existia no período pré-COVID. Não pode nem se compreenderia que fosse de outra forma: se até à evidência da pandemia se entendia que o aeroporto Francisco Sá Carneiro poderia assegurar a partida e chegada de uma determinada percentagem de voos internacionais, nenhuma razão existe que possa determinar que seja de modo diferente neste período de regresso ao novo quotidiano. O contrário seria pensar numa tática de desvalorização das operações a norte que poderia forçar o paulatino desmantelamento do aeroporto. Ora, partindo do pressuposto mencionado, entende-se que a discussão posterior passa, sobretudo, por criar condições para o regresso gradual dos voos existentes para a Europa (incluindo-se aqui as ilhas nacionais) e os voos intercontinentais. Os voos da ponte aérea Lisboa/Porto devem, por isso, sair desta análise. Na verdade, estes voos são da responsabilidade da TAP e correspondem à sua visão comercial mas não são decisivos para a Região no sentido em que existem várias alternativas aos mesmos – ferroviárias e rodoviárias – e que consideramos que, a sua existência, não traz mais-valia significativa à estratégia regional. Definida esta fronteira, cumpre perceber porque é que na decisão da TAP, sobre retoma de voos nos próximos dois meses, apenas se entende dar sinal verde imediato a operações como a do Funchal, Paris e Luxemburgo (estes dois só mesmo em julho),

quando, tirando a capital francesa, é sabido que destinos como Madrid, Londres, Genebra, Barcelona, Bruxelas ou Frankfurt, correspondem a operações mais rentáveis e que vão ao encontro do apelo e das necessidades da região. O mesmo se diga para os voos intercontinentais, onde a previsão de retoma em agosto da operação para os Estados Unidos (só com um voo por semana), está longe daquilo que são as perspetivas da Região em termos turísticos ou de relacionamento com a diáspora, sendo exigido que países como o Brasil e o Canadá possam entrar na equação deste verão.

Os agentes económicos e políticos da Região Norte não têm uma oposição dogmática sobre a valia, importância e manutenção das operações definidas até ao início da pandemia. Compreendemos que possam ser avaliadas algumas operações do ponto de vista da sua rentabilidade económica e importância estratégica para o país e para a região. Mas também entendemos que esse exercício deve contemplar a avaliação de novas rotas, novas operações ou reforço das existentes, de acordo com aquilo que vem sendo a realidade do território e das perspetivas para o futuro imediato. O que não podemos perder de vista, são os números da economia que qualificam a Região, o facto de termos um claro crescimento ao longo destes anos, acima até da média do país, naquilo que diz respeito à produtividade e do emprego, as características exportadoras das nossas empresas que exigem canais permanentes de ligação com a Europa e o Mundo, a capacidade de atração turística que, ano após ano, tem vindo a trazer mais estrangeiros à Região e a especialíssima ligação que o território tem com a diáspora portuguesa.

De forma quase inusitada, a propósito da disseminação de um vírus que paralisou Portugal e o mundo, este debate impõe-se no último momento adequado. No contexto do debate existente na sociedade portuguesa sobre a estratégia que a TAP deve seguir para se afirmar como companhia bandeira de Portugal, no momento em que o Estado Português está a desenvolver consultas prévias com a Direção-Geral da Concorrência da União Europeia para formalizar as medidas de apoio à TAP na sequência da crise pandémica, quando está sobre a mesa a possibilidade de os contribuintes portugueses - presume-se que todos os contribuintes, de norte a sul do país – terem que capitalizar a TAP para esta possa cumprir com os seus deveres mais básicos, este é também o tempo e o cenário ideal para que as decisões possam ser tomadas. É isso que pedimos ao Conselho de Administração da TAP e é isso que esperamos do Governo de Portugal, na convicção de que teremos da parte do Senhor Primeiro Ministro o apoio fundamental para podermos dar um rumo à TAP que esteja em sintonia com a estratégia de Portugal e os interesses dos Portugueses.

Dentro daquelas que são as premissas elencadas neste posicionamento escrito, as entidades do Norte de Portugal estão disponíveis para debater propostas e avaliar soluções. Da nossa parte, move-nos o superior interesse do país e a defesa da Região e das nossas populações. Temos enfrentado a pandemia

e os seus efeitos sanitários, económicos e sociais com muito empenho e total dedicação. As pessoas e as empresas têm feito sacrifícios que nunca imaginaram, estão a adaptar-se e a levantar cabeça para enfrentar os dias mais duros que terão pela frente e precisam de sentir que as instituições estão ao seu lado. Todos temos, por isso, uma tarefa a cumprir. À medida que abrimos a economia, as empresas, as ruas e as portas das nossas casas, não podemos ter uma empresa de referência como a TAP a dar um sinal contraditório e a cortar as asas ao futuro da Região. No fundo, queremos contribuir para que a TAP possa cumprir a vontade que manifestou no seu último comunicado, afirmando estar "empenhada em recuperar tão rapidamente quanto possível, e de forma sustentável, a proporcionalidade da sua oferta no aeroporto Francisco Sá Carneiro, no conjunto da sua operação, relativamente ao período pré-covi.19". A chave aqui é a celeridade e a proporcionalidade do processo, fatores dos quais os autarcas, as empresas, as associações e todas as entidades da Região Norte não abdicarão.

Pela importância que o tema reveste e tendo presente o impacto e interesse público desta discussão, enviaremos cópia desta missiva ao Sua Excelência o Primeiro Ministro, Dr. António Costa, e daremos nota da mesma junto da comunicação social.

Porto, 4 de junho de 2020.

Com os nossos cordiais cumprimentos,

Miguel Alves
Presidente do Conselho Regional do Norte

Luis Pedro Martins
Presidente da Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte

Luis Miguel Ribeiro
Associação Empresarial de Portugal

Nuno Botelho
Presidente da Associação Comercial do Porto

Rafael Campos Pereira
Presidente da AIMMAP

Mario Jorge Machado
Associação de Têxteis de Portugal